

# **CADERNO DE ENCARGOS**

## **CONSULTA PRÉVIA**

### **“AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE ALUGUER DE ESTRUTURAS METÁLICAS PARA O FMM 2022”**

PROCESSO N.º 2022/300.10.005/584

## ÍNDICE

<b>PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato.....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Vigência do Contrato.....	4
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>Secção I - Obrigações do Prestador de serviços.....</b>	<b>4</b>
<b>Subsecção I - Disposições Gerais .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Prazo da prestação dos serviços.....	5
<b>Subsecção II - Dever de sigilo .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo .....	6
<b>Secção II - Obrigações do Município de Sines .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Preço contratual.....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Preço base.....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Condições de pagamento .....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Revisão de preços .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Adiantamentos .....	7
<b>CAPÍTULO III- FORÇA MAIOR E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Força maior .....	7
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Resolução do contrato .....	9
<b>CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Caução .....	9
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Foro competente .....	9
<b>CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contractual .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações.....	9
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos .....	10
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	10
<b>PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>10</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Especificações Técnicas.....	10

## **PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS**

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª - Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “Aquisição do serviço de aluguer de estruturas metálicas para o FMM 2022” nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II deste documento.

#### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos

termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

### **Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O contrato produzirá efeitos a partir da data da oposição da última assinatura eletrónica.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do Prestador de serviços**

#### **Subsecção I - Disposições Gerais**

### **Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, e nas peças do presente procedimento, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Realizar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
- b) Comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações nos termos do contrato celebrado;
- c) Obrigação de cumprir todos os requisitos legais para a boa execução da prestação de serviços;

- d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviço, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O prestador de serviços deverá indicar o seu interlocutor com o Município de Sines, que deve acompanhar a execução dos trabalhos inerentes à prestação dos serviços, devendo ser disponibilizados os seus contactos telefónicos e endereço de correio eletrónico;

#### **Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços**

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos entre 13 julho 2022 e 1 agosto de 2022, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

#### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Secção II - Obrigações do Município de Sines**

#### **Cláusula 8.ª - Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Sines.

#### **Cláusula 9.ª - Preço base**

1. Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 59 500,00 (Cinquenta e nove mil e quinhentos euros), sendo este o preço máximo que o Município de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

#### **Cláusula 10.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pelo Município de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

#### **Cláusula 11.ª - Revisão de preços**

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

#### **Cláusula 12.ª – Adiantamentos**

No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

### **CAPÍTULO III- FORÇA MAIOR E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 13.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que

impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



#### **Cláusula 14.ª - Resolução do contrato**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as partes podem resolver o contrato, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

### **CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **Cláusula 15.ª – Caução**

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução.

#### **Cláusula 16.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código

dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 20.ª – Legislação aplicável**

1. Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

2. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Lei n.º 58/2019, de 08.08, relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

### **PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas**

O presente caderno de encargos tem como objeto a Aquisição do serviço de aluguer de estruturas metálicas para o FMM 2022, nas condições abaixo descritas:

## SINES

Montagens Sines: 13 a 22 de julho

Desmontagem Sines: 1 de agosto

- **Castelo:**  
Implementação de barreiras dos lados esquerdo e direito do palco (25x2,20) com porta de acesso ao backstage em tubagem de forro duplo em contraplacado/OSB;  
Esplanada para catering ao nível do chão (50m2) forrada e contraplacado /OSB;  
Barreira com porta de acesso ao lado exterior sul do castelo, junto ao Largo João de Deus (5x2,20) em tubagem e forro duplo em contraplacado. Do lado contrário – exterior – exterior sul do castelo – tapar acesso que dá para estátua do Vasco da Gama (3x2,20) em tubagem e forro duplo em contraplacado/OSB;  
Estrutura em tubagem galvanizada para colocação de tela vinil e cobertura guarda-sol (18x0,80) (20x60).
- **Castelo – Terreiro**  
Implementação de painéis das 2 entradas – Largo do Bocage e Largo João de Deus – (6x2,20/cada) com tubagem e forro duplo em contraplacado/OSB;  
Tubagem galvanizada para barreiras de 6m/cada. Total de 30.
- **Castelo – Largo João de Deus**  
Implantação de painéis de 2 entradas – Largo do Bacoge e Largo João de Deus – (6mx2,20m/cada) com tubagem e forro duplo em contraplacado/OSB  
Tubagem galvanizada para bandeiras de 6m/cada. Total de 30.
- **Castelo – Largo João de Deus + Largo do Castelo**  
Estruturas para suporte de ecrã de leds (4x2,5m)

Duas estruturas para colocação de som (2,50mx2,50m) e estrutura para colocação de projetor vídeo;

- **Castelo – Terreiro – Zona VIP**

Estruturas de andaime multidirecional com piso elevado aos 2,0m de altura, com área total de 10,0mx4,00m aproximadamente e com uma escada de acesso lateral.

- **Castelo – Largo João de Deus – Paredes de entrada**

Paredes de entrada, no Largo do Castelo, junto aos bares, conforme esquema enviado, com 2,50m de altura, com comprimento aproximado de 50m no total. Portas de acesso incluídas

Forra a madeira tipo OSB sem pintura, pelas duas faces.

- **Avenida da Praia:**

Delimitação com tubagem e ferro simples em contraplacado/OSB da zona de backstage (20mx2,20m); uma porta de entrada forrada e com cadeado;

Delimitação com tubagem e folhas contraplacado/OSB da zona dos geradores (15mx2,20m) e a porta de entrada com cadeado;

Torre para instalação de som delay (2,50mx2,50m)

## **Porto Covo**

Montagem – 18 a 20 de julho

Desmontagem – 25 de julho

- **Backstage**

Fechar 2 entradas, entre paredes de casas, com cerca de 4 m cada. Estruturas e paredes duplas de contraplacado pintado a preto com 2m de altura. Numa das entradas aplicação de uma porta para passagem de backstage

- Palco

No lado direito colocação de estruturas forradas a contraplacado (exterior) pintado a preto para acolher o som de palco. Uma estrutura tipo caixa, c/6,5m x3m.

Uma porta de 1,5m para serviço de técnicos e artistas.

- Régie (frente)

Estrutura para suportar ecrã de leds (4x2,5m)

Estrutura para colocação de régie de som e luz (4mx4m)

- Casas de banho

Estrutura tipo caixa para maximizar exposição pública das traseiras e dos lados dos contentores forradas a contraplacado face exterior (+/- 2m lineares)

- Geradores

Estrutura tipo caixa para resguardo forrado a contraplacado face exterior.